



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO – PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DOS SURDOS: BILINGUISMO, SUAS POSSIBILIDADES E  
LIMITES.**

ALUNA: CAROLINA ALONSO MORGADO

ORIENTADORA: PROF<sup>ª</sup> ALINY LAMOGLIA DE CARVALHO SIXEL

RIO DE JANEIRO  
DEZEMBRO/2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO – PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DOS SURDOS: BILINGUISMO, SUAS POSSIBILIDADES E  
LIMITES.**

Monografia elaborada pela acadêmica Carolina  
Alonso Morgado como requisito para a Conclusão  
do Curso de graduação de Pedagogia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
sob a orientação da Professora Aliny Lamoglia de  
Carvalho Sixel.

RIO DE JANEIRO  
DEZEMBRO/2008

## AGRADECIMENTOS

Agradeço

a Jesus Cristo que é a minha luz, minha glória, minha força, minha verdade e meu protetor em toda a minha caminhada.

à minha querida avó Elaine Gonçalves Alonso e meu Avó Ney Serzedello Alonso, que com o seu amor incondicional me apoiaram sempre, em toda a minha graduação, principalmente compreendendo e agüentando a minha ausência durante todos os meses de trabalho.

a Pablo Enio Koike por ser um grande companheiro de momentos importantes, assim como este.

às minhas queridas amigas de curso Marina da Costa Villela Martins, Aliane Rapozo e Fabiana Devotti por todo afeto e carinho que demonstram sempre ao longo das aulas e da convivência desses cinco anos.

à minha amiga de sempre, Daniele Pelizone Menezes dos Santos, pela força e estímulo em todas as fases da minha vida.

à estimada professora Aliny Lamoglia de Carvalho Sixel, a quem admiro por toda a sua competência sendo incansável na dedicação e auxílio, compartilhando todo o seu conhecimento e mostrando-me diretrizes para a construção deste trabalho.

a todo corpo docente da graduação em pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por fazer-me educadora e cidadã.

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a Educação dos Surdos. Para que entendamos o cenário de hoje, tanto no Brasil como em todo mundo, é de suma importância citar a história de tal Educação. Com isso, verificamos as principais correntes filosóficas, tais como: Oralismo e o Bilingüismo. Visando entender qual língua é necessária para que o Surdo se desenvolva - em todos os aspectos: sociais, emocionais e intelectuais - relatamos as diferenças da língua oral (fala) e a língua visual (sinais), discutindo qual seria a melhor maneira de adquiri-las. Abordamos a luta dos Surdos para que sejam reconhecidos como indivíduos com especificidades lingüísticas, e que têm, como as demais pessoas, necessidade de uma linguagem viva e ativa que lhes permita desenvolver e conviver como seres sociais e culturais. Nesta trajetória, para construção da identidade do sujeito Surdo, relatamos os embates políticos que permeiam tal tema. A fim de estruturar o discurso em que só através da aquisição da Língua de Sinais que o Surdo pode pensar e se comunicar, pesquisamos conceitos teóricos.

**PALAVRAS- CHAVE:** Educação, Surdo, Linguagem, Identidade.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 6  |
| CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DOS SURDOS .....   | 9  |
| 1.1    MOMENTO ÁUREO NA HISTÓRIA DOS SURDOS .....   | 11 |
| 1.2    ORALISMO: DA SUA INSTAURAÇÃO À SUA DECADÊNCIA .....  | 14 |
| 1.3    A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS BRASILEIRA .....   | 16 |
| CAPÍTULO 2: A LÍNGUA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA.....  | 19 |
| 2.1    LÍNGUA DE SINAIS – UMA BASE PARA O BILINGUISMO .....   | 23 |
| CAPÍTULO 3: BILINGÜISMO - SUA FILOSOFIA EM PROL DA IDENTIDADE<br>POSITIVA DO SUJEITO SURDO .....            | 25 |
| 3.1    OS PAPÉIS DA FAMÍLIA E DOS PROFISSIONAIS PARA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ORAL E A<br>LÍNGUA DE SINAIS ..... | 26 |
| 3.2    O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A INCLUSÃO DO SURDO.....  | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 32 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 34 |
| LEGISLAÇÃO .....  | 35 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a educação de Surdos (Surdos pré-lingüísticos), investigando os objetivos dos métodos aplicados nos processos de aquisição da linguagem. Tais métodos são: o Oralismo (ensino da fala), a Comunicação Total (utilização de qualquer recurso lingüístico para facilitar a comunicação do Surdo) e o Bilingüismo (aquisição da língua de sinais e a língua oral de seu país). Pretendo identificar os problemas de comunicação dos surdos e suas conseqüências sociais, emocionais e intelectuais.

O interesse por esse tema surgiu ao longo do curso de Pedagogia da UNIRIO, em que são oferecidas algumas matérias que exigem estágios de observação em escolas. Realizei todas as observações na Escola Rosina Noce de Carvalho, instituição mantida pela Associação de Crianças Surdas, onde a maioria dos estudantes é Surda. Antigamente era uma escola específica para eles, hoje em dia é uma escola de educação regular, tendo alunos Surdos e ouvintes.

Optei por estagiar na referida instituição, primeiramente, por localizar-se perto de minha casa, mostrando-se de fácil acesso. Além disso, devido à proximidade que tenho com a coordenadora pedagógica, pude ter entrada integral à escola. Eu gostava muito de participar e interagir com as crianças com Surdez, o que foi primordial para escolha do tema da minha monografia.

Observando como eram as aulas para os Surdos, fui, gradativamente, tomando conhecimento sobre seus processos de aprendizagem, o que despertou em mim o interesse de realizar pesquisas nessa área. A partir daí, comecei a questionar quais eram as metodologias existentes para a educação de Surdos e qual seria a mais apropriada para desenvolver a sua capacidade psico-socio-cultural.

Alguns pensadores tornaram-se importantes nesse percurso, como Oliver Sacks (1990), que discute as diferenças entre a educação através do oralismo e do bilingüismo. Esse autor questiona quais são os objetivos da educação do Surdo. Aprender a falar? Integrar? Ensinar o Surdo a ser um sujeito crítico?

Sacks (1990) associa linguagem e pensamento. Explica que os surdos pré-linguais, pessoas que nunca ouviram ou perderam a audição antes da aquisição da linguagem, não possuem memória auditiva, imagens ou associações, não podendo haver sequer a ilusão do som.

Os profundamente Surdos não apresentam qualquer disposição para a fala, tendo uma disposição natural e vigorosa para o sinal. Sendo obrigados a falarem, algo que não é natural, os Surdos não são expostos suficientemente à linguagem e estão condenados ao isolamento e à incapacidade de formar sua identidade cultural.

Skliar (1997), assim como Sacks (1990), defende o bilingüismo como a mais adequada forma de educar os sujeitos Surdos.

Skliar (1997) afirma que a Educação Bilíngüe deve ir além de propiciar o uso de duas línguas, demonstrando o fator político que permeia a questão do Surdo adquirir a Língua de Sinais. É através dessa aquisição que ele enfrenta a imposição dos ouvintes feita através da soberania da língua oral, ou seja, a imposição lingüística e cultural da sociedade que tem a sua maioria de ouvintes, inferiorizando o Surdo e sua comunidade. Educá-los de maneira bilíngüe é buscar transformações ideológicas das visões sobre a Surdez.

Sacks (1990) diferencia Surdo com o "S" maiúsculo do surdo com o "s" minúsculo. O Surdo com S maiúsculo é membro de uma comunidade, possuindo a sua própria cultura; já o surdo escrito com minúscula é simbolizado apenas como deficiente auditivo.

Assim como Sacks (1990), Goldfeld (1997) também acredita que a deficiência intelectual e os problemas no desenvolvimento social e emocional são conseqüências do Surdo não adquirir nenhuma linguagem. A referida autora declara que o Surdo pode, de fato, ser como um imbecil. Esse fato acontece porque a inteligência, mesmo sendo presente no indivíduo com Surdez, não é desenvolvida enquanto o mesmo não tiver acesso à linguagem.

Através da Língua de Sinais, os Surdos são educados para usar a mente de forma plena, tornando-se críticos e emancipados, pois o sinal não é apenas uma linguagem, mas o próprio meio da cultura Surda.

Essa monografia reflete sobre a importância da aquisição da linguagem, considerada fundamental para a inserção na cultura e, por meio da qual podemos interagir

com os nossos semelhantes, adquirindo e partilhando informações, tornando-nos sujeitos críticos e emancipados.

Apresentamos diversos autores ao longo deste trabalho, a fim de defendermos a perspectiva da educação libertadora na qual a importância de ensinar para ampliar a visão de mundo - criticar, refletir e modificar o meio – é o objetivo principal do educador. E, só através da aquisição da língua visual o Surdo constrói uma identidade positiva, tornando-se um cidadão inserido no mundo.

Sacks (1990) é um dos autores com tal filosofia, pois é defensor ao direito do Surdo ter acesso à Língua de Sinais, sendo que através desta aquisição torna-se um cidadão desenvolvido em toda a sua capacidade intelectual e psicológica. E pontua que o homem não é deficiente mental sem linguagem, mas pode se tornar, além do que o seu pensamento fica muito pequeno, e o mesmo se confina na realidade de um mundo restrito e imediatista.

A fim de promover debates sobre o processo de inclusão na escola regular e os paradigmas construídos na sociedade contemporânea, apresentamos algumas idéias de pensadores, tais como: Dias (2004), Aranha (2000) e Mendes (2002); que relatam o binarismo normal-anormal e Surdo-ouvinte estabelecido pela realidade escolar, apresentando-a como segregadora. Mas, também nos mostram caminhos para a desconstrução de tais “rótulos”.

Acredito na importância de educar para ampliar a visão de mundo, criticar, refletir e modificar o meio. O Surdo através da aquisição de uma língua visual torna-se um cidadão pleno.



## CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DOS SURDOS

A luta dos Surdos para serem reconhecidos na sociedade como pessoas que têm uma especificidade lingüística e que podem desenvolver-se plenamente, é grande.

A discussão que de forma recorrente se levanta é sobre qual língua o sujeito com Surdez deve adquirir, e como. Ele deve aprender a língua de sinais, que é uma língua visual? Ou uma língua oral, que é uma língua falada? Mas primeiro, aprende a língua sinalizada e depois a língua oral? Ou concomitantemente? Uma língua existirá em detrimento da outra?

Vários pensadores fazem tais questionamentos até os dias de hoje, demonstrando o quanto esse embate - se o Surdo deve ter uma educação especializada ou não - se mantém atual.

Desde a Antiguidade os Surdos sofrem preconceito e discriminação, sendo marginalizados pela sociedade. Eles não tinham acesso à escola e a direitos, como heranças ou o matrimônio.

Na Grécia e em Roma, os Surdos eram vistos como seres inúteis. Aristóteles, defendia que os que nasciam Surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. E ele não estava errado, pois como outros pensadores contemporâneos – Sacks (1990), Capovilla (2001) e Goldfeld (1997) - defendem que sem pensamento não há língua, e sem língua o sujeito não é um ser humano, isto é, não se desenvolve social, cognitiva e psicologicamente.

Devido a tal visão, na Grécia, os sujeitos com surdez não tinham acesso à educação e a direitos, eram marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e, infelizmente, muitas vezes, foram condenados à morte. Sócrates, no entanto, declarou em 360 a.C. que era aceitável que os Surdos se comunicassem com as mãos e o corpo.

Uma lei foi criada pelo imperador de Roma, Justiniano, em 529 a.C. e impossibilitava os Surdos de celebrarem contratos, elaborarem testamentos e até de possuírem propriedades ou reclamarem heranças.

Já em Constantinopla, as regras para os Surdos eram basicamente as mesmas, contudo, nesta localidade, os indivíduos Surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, pajens das mulheres, ou como bobos para entreter o sultão.

Adiante, Santo Agostinho defende a idéia de que os pais de filhos Surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Para ele, os Surdos poderiam se comunicar por meio de gestos, e assim poderiam salvar suas almas.

Pedro Ponce de León fundou uma escola para Surdos em Madrid, iniciando mundialmente a história da educação dos Surdos. Além de fundar tal escola, passou a maior parte dos anos de sua vida ensinando os filhos Surdos de pessoas nobres.

Os nobres visavam educar seus filhos Surdos para que eles pudessem ter privilégios perante a lei, isto é, o objetivo principal que permeava a educação destes era meramente econômica. León desenvolveu um alfabeto manual, que ajudava os Surdos a soletrar as palavras; muitos defendiam que esse alfabeto manual havia sido elaborado através dos gestos criados por monges, pois eles se comunicavam entre si desta maneira devido ao voto de silêncio que faziam.

Embora León seja reconhecido e seja enfatizado em seu trabalho o ensino da fala aos Surdos, o foco de sua educação era a linguagem escrita, pois até o final desse século acreditava-se que à escrita cabia a chave do conhecimento, ou seja, ela era tida como a natureza primeira da linguagem; a fala era apenas um instrumento que a traduzia. À escrita, fora atribuído, assim, um signo de poder.

Juan Pablo Bonet, aproveitando o trabalho iniciado por León, foi estudioso dos Surdos e seu educador. Escreveu sobre as maneiras de ensinar os Surdos a ler e a falar, por meio do alfabeto manual. Bonet proibia o uso da língua gestual, optando pelo método oral.

John Wallis (1616-1703), educador de Surdos e estudioso da surdez, depois de tentar ensinar vários Surdos a falarem, desistiu desse método de ensino, dedicando-se mais ao ensino da escrita a partir de gestos.

Na França, Charles Michel de L'Épée, nascido em 1712, ensinava os Surdos, numa primeira fase, por motivos religiosos. Muitos o consideram criador da língua gestual. De L'Épée reconheceu que essa língua realmente existia e que se desenvolvia.

As suas principais contribuições para a Educação dos Surdos foram: a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo);

percepção do Surdo como ser humano, por ter a sua língua legitimada; adoção do método de educação coletiva; reconhecimento de que ensinar o Surdo a falar seria perda de tempo – que antes era necessário ensinar-lhe a língua gestual.

De L'Épée reconhecia na língua de sinais seu caráter Universal, que hoje sabemos impossível; em contrapartida, a apontava como desprovida de gramática e, portanto, defendia a importação da gramática francesa e sua adaptação à língua de sinais. Desta forma, propôs e impôs seu sistema de “Sinais Metódicos”.

Contudo, Roch-Ambroise Bébien posicionou-se contra o equívoco da inclusão de uma gramática importada para a língua de sinais. Defendeu a idéia de que a língua de sinais era natural, autônoma e completa.

Já Condillac categorizava os surdos como “estátuas sensíveis” e “máquinas ambulantes”, incapazes de pensar e raciocinar. Após ser convertido por L'Épée, apoiou o método de ensino em Língua de Sinais (idéias mais precisas e ensino em conjunto), destacando inclusive sua superioridade à língua falada.

Esse período, verdadeira época áurea na história dos Surdos, testemunhou a criação de escolas para surdos, em sua maioria dirigidas por professores Surdos; a saída da negligência e obscuridade, a conquista da emancipação e da cidadania, de posicionamentos sociais e responsabilidades profissionais.

### **1.1 Momento áureo na história dos Surdos**

A condição desumana com que os Surdos eram vistos pela sociedade só começou a ser radicalmente alterada a partir do século XVIII. Os filósofos da época começaram a se interessar pelo "menino selvagem de Aveyron" que, aparentemente sem linguagem, foi levado para Paris em 1800 para o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, supervisionado pelo Abade Ambroise Sicard – fundador da Sociedade de Observadores do Homem e pensador sobre a Educação dos Surdos.

O menino Victor foi avistado nos bosques de Aveyron em 1799, levando uma vida selvagem. Ele despertou um enorme interesse nos filósofos e educadores, cujos questionamentos eram: Como ele pensava? Podia ser instruído?

O médico Jean Marc Itard, que também trabalhava com Surdos, levou o menino para sua casa e tentou lhe ensinar a linguagem e dar-lhe instrução, pois o médico era destacado por tentar compreender os Surdos. A tentativa de fazer com que o menino selvagem falasse foi um fracasso.

O primeiro livro de Itard analisava as diferenças e semelhanças entre os meninos de vida animal e os meninos que nascem Surdos. Ele tinha em mãos questionamentos, observações que esperavam definir qual era a característica do homem.

David Wright, que ficara Surdo aos oito anos de idade em 1927, relata em sua autobiografia "*Deafness*" (Surdez) que, sendo um Surdo pós-lingual, questiona sobre como os Surdos pré-linguais, aqueles que nasceram no silêncio, conseguem atingir a idade da razão sem adquirir um veículo de pensamento/comunicação. Na sua autobiografia este autor escreve sobre as vozes fantásticas que ouvia no início da Surdez enquanto alguém lhe falava, pois tais vozes ficavam na sua memória auditiva; enquanto lia os lábios, tinha a sensação de escutar tais vozes.

Vale ressaltar com isso a existência de uma diferença primordial que faz parte do comportamento da criança Surda, assim como do processo de aquisição de linguagem: a criança que nasce com Surdez, não tendo nenhum tipo de contato com uma linguagem (chamada Surda pré-lingual); e o outro caso, em que a criança Surda perde a audição quando já adquiriu a linguagem, denominada Surda pós-lingual.

Existem diversos graus, tipos e estágios de Surdez. Por existir variações entre autores, optamos por esta classificada por Davis e Silverman, em 1966, sendo a mais utilizada e mais difundida:

- Surdez Leve - limiares entre 25 a 40 dB nível de perda audição;
- Surdez Moderada (1º grau 41 a 55 dB / 2º grau 56 a 70 dB) - limiares entre 41 e 70 dB nível de perda de audição;
- Surdez Severa (1º grau 71 a 80 dB / 2º grau 81 a 90 dB) - limiares entre 71 e 90 dB nível de perda de audição;

- Surdez Profunda (1º grau 91 a 100 dB / 2º grau 101 a 110 dB ) limiaries acima de 90 dB de perda de adição.

Nos dois primeiros casos o sujeito Surdo escuta o som, mas com muita dificuldade. É eficaz a utilização de prótese auditiva em ambas as situações. Nos outros dois, o som não é entendido (a palavra) e nem com toda tecnologia o Surdo passará a ouvir.

Mesmo sabendo que existem vários níveis de Surdez, é importante destacar que o desenvolvimento pleno está diretamente relacionado com o acesso à língua. Se o sujeito com Surdez é diagnosticado rapidamente e adquire a linguagem mais cedo - tendo o mínimo de atraso lingüístico – desenvolver-se-á com mais rapidez, interagindo com o outro/meio e fazendo parte da sociedade, como um sujeito crítico e reflexivo.

Porém, este clima de emancipação e conquistas dos Surdos não ocorria em todos os países.

Em viagem aos E.U.A. em 1816, Laurent Clerc ficou surpreso ao descobrir que as escolas e professores americanos sequer imaginavam as capacidades latentes dos surdos. Junto com Thomas Gallaudet, criam o “Asilo Americano para Surdos” em Hartford, onde praticamente todos os professores eram surdos.

Desde então, o clima de entusiasmo e sucesso levou à multiplicação de novas escolas para Surdos.

O Sistema Francês de Sinais trazido por Clerc e Gallaudet fundiu-se rapidamente à linguagem nativa americana de sinais, formando um sistema híbrido de comunicação: Sistema Francês de Sinais + Língua Nativa de Sinais = Língua Americana de Sinais.

Outras derivações devem ter se originado devido à disseminação de escolas para Surdos: as pessoas Surdas que passavam pelas diversas escolas para Surdos, traziam consigo suas linguagens regionais e deixavam a linguagem cada vez mais refinada (melhor empregada, com maior sentido na comunicação) e generalizada (mais surdos se compreendem e se comunicam).

Em determinado momento, o Congresso dos E.U.A. autoriza a Instituição Columbia para Surdos e Cegos, em Washington, a se tornar a Primeira Universidade Nacional para Surdos, cujo primeiro diretor foi Eduard Gallaudet, filho de Thomas

Gallaudet. Hoje a Universidade chama-se Universidade Gallaudet, a única escola superior para Surdos do mundo, embora haja instituições e programas para Surdos associados a escolas técnicas em outros lugares.

Este cenário inovador da educação dos Surdos permanece inabalado na França de 1770 a 1820, e continua extensivamente nos Estados Unidos até 1820.

O ponto crucial na história dos Surdos foi quando ocorreu a morte de Clerc, iniciando um movimento político contra as minorias e, conseqüentemente, contra a Língua de Sinais em prol do Oralismo.

## **1.2 Oralismo: da sua instauração à sua decadência**

Sacks (1990) apresenta um pouco da história da Educação dos Surdos e explica que o Oralismo, contracorrente à Língua de Sinais, ganhou força por parte de pais e professores de crianças Surdas, os quais objetivavam na educação a oralização dos Surdos, que estes aprendessem a falar. O dilema imposto pelo Oralismo era que a língua de sinais restringiria o Surdo a se comunicar apenas com outros Surdos e, por esta razão, deveria ser proibido para não interferir na fala.

No entanto, sabemos que a linguagem falada, quando possível, é adquirida lentamente e com maior dificuldade pelo Surdo. Além disso, segundo Hans Furth, o tempo de aula dispensado à oralização se evidencia na carência dos conteúdos e habilidades ensinados, ou seja, os Surdos possuem a mesma capacidade intelectual que os ouvintes, no entanto, o Surdo sofre privação de informações, às quais o ouvinte tem acesso.

Paradoxalmente contra esta perspectiva, a primeira escola oralista, chamada “Escola Clark”, foi fundada em Northampton, Massachusetts, em 1867, por reformadores oralistas. Dentre eles, o mais poderoso era Alexander Graham Bell, especialista em ensinar elocução e corrigir problemas da fala. Ele era visto como um “Gênio Tecnológico”, sendo também reconhecida a sua autoridade e prestígio na defesa do Oralismo.

A autoridade de Alexander Graham Bell foi determinante no “Congresso Nacional de Educadores de Surdos”, em Milão, no final do século XIX, no qual professores Surdos foram excluídos da votação e o Oralismo foi instituído oficialmente nas escolas.

A proibição da língua de sinais e a substituição dos professores Surdos por ouvintes marcaram de vez a dramática deteriorização nas conquistas educacionais dos surdos.

Entre 1940 e 1970, houve uma extraordinária mudança na perspectiva e na identidade do Surdo. Somente nas décadas de 1960/70, pais e professores de crianças Surdas, ilustrados pelos meios artísticos de modo geral, como o teatro, o cinema, os romances etc., questionaram os resultados obtidos na Educação Oralizada. A partir disso, algumas propostas foram sugeridas:

- Sistema Combinado - Sinais mais Fala;
- Linguagem Intermediária - Inglês Sinalizado (Remete ao “Sistema Metódico” de L’Epée);
- Língua de Sinais – Completa: Possui sintaxe, gramática e semântica próprias, caráter e estrutura diferentes de qualquer língua falada ou escrita.

Para a escolha de um método de ensino em detrimento de outro é importante considerar, antes de tudo, as características e capacidades específicas de todo o contexto, avaliando-se os estágios de Surdez e a idade da intervenção.

Sacks (1990) explica que a leitura de lábios, por exemplo, é uma expressão inadequada. Na verdade, trata-se de uma sistemática e complexa observação, inferência e adivinhação; para adquiri-la, seria necessário um intensivo curso de fala (fono). Dessa maneira, é desaconselhável para uma criança com Surdez profunda, sem aquisição da linguagem, sem predisposição para falar. Em contrapartida, este apresenta habilidade natural para a aquisição e prática da linguagem de sinais.

Volto a afirmar que a intervenção precoce é necessária à criança Surda e, quanto antes (estágio de Surdez ou idade da intervenção) for executada, melhores serão os resultados na aquisição da linguagem desta criança.

### 1.3 A história da Educação dos Surdos Brasileira

A partir do século XIX, nas décadas de 1850 e 1860, são iniciados no Brasil debates relacionados à Educação dos Surdos. Marquês de Abrantes, ordenado por D. Pedro II, organiza uma comissão a fim de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos-mudos.

Em 1856 essa comissão estabelece como primeira deliberação a criação desse instituto. Com isso, Edward Huet - um Surdo francês - é trazido para o Brasil e instaura a educação dos Surdos brasileiros no Rio de Janeiro. Ele constrói o Imperial Instituto dos Surdos Mudos que, em 1957, é intitulado como Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES.

Edward Huet estudou com Clerc no Instituto Francês e seu trabalho seguia a Língua de Sinais, o que o levou a introduzir a Língua de Sinais Francesa no Brasil. A proposta de currículo apresentado tinha as mesmas disciplinas que as escolas regulares, além da leitura sobre os lábios para os que tivessem aptidão.

Huet deixa seu cargo de professor e diretor, os quais foram assumidos pelo Dr. Manuel de Magalhães Couto que, por não ser especializado em Surdez, deixou de utilizar a aprendizagem da fala e da leitura labial, e por conta disso o Instituto é caracterizado como um asilo para Surdos.

Em 1911, o INES passou a adotar o Oralismo puro em suas salas de aula, metodologia que se constituiu numa tendência mundial desde o “Congresso Nacional de Educadores de Surdos” ocorrido em Milão, em 1880, durante o qual o Oralismo foi instituído oficialmente nas escolas. Todavia, o uso dos sinais permanece até 1957, momento em que a proibição é dada como oficial.

Na década de 70, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da comunicação total, e na década seguinte o bilingüismo passou a ser defendido. Atualmente, no Brasil, acontecem embates e pesquisas sobre estas três correntes educacionais.

Em 24 de abril de 2002, na lei n.10436, a Língua Brasileira de Sinais foi oficializada, pois é reconhecida a sua aquisição natural para os Surdos, tendo toda a



complexidade que os sistemas lingüísticos que servem à comunicação e ao suporte de pensamento têm:

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*

*Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.*

*Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.*

*Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.*

*Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.*

*Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.*

*Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.*

*Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

Com isso, os sistemas educacionais federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de

fonoaudiologia e de magistérios, em seus níveis médios e superior, o ensino da LIBRAS, como parte integrante dos parâmetros Curriculares Nacionais. Isso demonstra que o sujeito Surdo deverá ter acesso à educação, como é de direito de qualquer cidadão, e conseqüentemente uma formação que lhe dê condições de autonomia e inclusão na sociedade.

É indiscutível que a legitimação da LIBRAS foi um passo importantíssimo para a autonomia e o desenvolvimento integral dos Surdos. Mas será que isto basta?

Quadros (1997) aponta que o contexto brasileiro é caracterizado por práticas políticas e lingüísticas que sempre foram embasadas na determinação da língua oral (fala) em prol da aquisição da Língua Portuguesa como padronização do sucesso escolar.

Ainda hoje no Brasil, a Língua Portuguesa é favorecida por ser a utilizada pela maioria, prejudicando a Língua Brasileira dos Surdos e as muitas outras que existem no país, já que não aceita as variedades lingüísticas que coexistem no país. Com isso, verificamos a imposição e a defesa de um Brasil monolíngüe.

Quadros (1997) explica que mesmo existindo transformações por conta do referido Decreto, a desconstrução destas práticas só acontecerá através da reflexão de toda a sociedade ouvinte e Surda, da formação especializada de profissionais, da geração de novos postos de trabalho e, principalmente, da inversão das lógicas nas relações entre ouvintes e Surdos. E afirma:

É Preciso reconhecer o que representam as Línguas para os próprios Surdos. O espaço de negociação instaura-se no reconhecimento do outro. E mais importante ainda: os Surdos sendo participantes da atribuição para as línguas na educação dos próprios Surdos (QUADROS, 1997, p.94).

Com isso, a autora convida os Surdos a refletirem sobre os significados e práticas da sua língua materna (sinais) no âmbito educacional.

## CAPÍTULO 2: A LÍNGUA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA

Os Surdos são sujeitos com peculiaridades lingüísticas, conforme citado no capítulo anterior, e que têm, como as demais pessoas, necessidade de uma linguagem viva e ativa que lhes permita desenvolver e conviver como seres sociais e culturais. Para compreendermos tais peculiaridades é importante ressaltar que os Surdos são diferenciados também pelo grau e estágio da Surdez

Tendo em vista a concepção de linguagem que ultrapassa a simples função de uso da língua e de suas regras, defenderemos o enfoque sócio-histórico, o qual fornece mais subsídios para a compreensão das dimensões que permeiam a questão da linguagem, percebida como forma intensa de interação.

As metodologias aplicadas na Educação dos Surdos devem partir desse princípio, em que o indivíduo é um ser histórico, com suas vivências, experiências adquiridas na interação com o meio/outro, marcados por uma cultura, onde produzem e reproduzem a realidade social, sendo, ao mesmo tempo, reprodutores e produtos dessa realidade, Freitas (1994).

Bakhtin e Vygotsky, citados por Freitas (1994), afirmam que a linguagem exerce uma função que ultrapassa a da comunicação, ela é o meio ou forma de mediação que permite ao sujeito interagir, refletindo e sendo refletido na ideologia do seu grupo. A criança adquire a linguagem do exterior para o interior, há um movimento do meio social para o indivíduo.

É através da Língua de Sinais que o Surdo constituirá seu pensamento e sua consciência, habilitando-se a aprender qualquer outro conteúdo.

A Língua Portuguesa é constituída por fonemas. Os Surdos não têm acesso a um canal para (de)codificar uma língua oral – não têm acesso à fonologia relevante à leitura e à escrita do código alfabético - o que torna muito difícil o seu aprendizado.

A dificuldade desses sujeitos refere-se à impossibilidade de aquisição natural das línguas auditivo-orais, majoritárias em nossa sociedade. Além das questões orgânicas ligadas à surdez, isso acontece também por causa de suas repercussões sociais e culturais.

O fracasso da criança Surda na escola acontece porque elas são inseridas no ensino regular, e seus educadores não dão importância ao principal aspecto, a falta de linguagem. Sem ela o sujeito não tem como interagir e compreender o meio em que vive, tornando impossível a apreensão da Língua Portuguesa e das demais matérias que constituem o currículo escolar.

Capovilla e Raphael (2001) explicam os erros da leitura silenciosa e da nomeação escrita cometidos por crianças Surdas. É revelado o processo de alfabetização da Língua Portuguesa da criança ouvinte e, a partir disso, mostram quais as problemáticas que envolvem as crianças Surdas nessa aprendizagem. Esses autores afirmam que a escrita alfabética do Português permite à criança ouvinte ler por decodificação grafonêmica, pois o alfabeto é feito para transcrever o som da fala. Além disso, associam o pensamento com a linguagem.

Decodificando, isto é, aplicando as regras de correspondência entre grafemas e fonemas, a criança ouvinte consegue converter o texto em fala. Como a mecânica da leitura alfabética consiste na conversão de letras em sons, ela evoca diretamente os sons das palavras faladas com que a criança ouvinte pensa e se comunica. Assim, a escrita alfabética é um veículo muito eficaz do pensamento do ouvinte (CAPOVILLA,RAPHAEL, 2001, p.1497).

A memória auditiva – o vocabulário que foi adquirido pela criança com suas experiências – é essencial para o aprendizado da leitura e escrita do Português, porque a criança faz associação das coisas e das palavras que ouviu ao longo da sua vivência, atribuindo-lhes sentido. Nessa ação de construção de signos e significados das palavras, o indivíduo conhece novos vocabulários, ampliando sua visão do mundo.

A criança expressa através da escrita o que pensa, e vice-versa, converte a escrita com o que pensa, e a partir disso, ela interage com o texto, com o meio e com o mundo.

A linguagem é um produto histórico, objetivado e adota uma concepção de linguagem que vai além da percepção de instrumento como "meio" ou como "modo" de ação, a saber, neste trabalho social e simbólico de produção de signos e sentidos, a linguagem não é só meio e modo de interação; é constitutiva/constituidora do homem como sujeito da e na linguagem.

Sacks (1990), citando David Wright, questiona como um Surdo pré-lingual, que nasce no silêncio, alcança a idade da razão sem ter acesso a um veículo para o pensamento e a comunicação. Os dois compreendem as dimensões que permeiam a questão da linguagem, percebida como forma intensa de interação. A questão levantada por ambos é quantos Surdos realmente adquirem de forma integral, uma linguagem e pensamento, e quais são as conseqüências de não tê-las. "(...) a relação da linguagem com o pensamento – que constitui a questão mais profunda e suprema quando consideramos o que enfrentam o podem enfrentar aqueles que nascem ou se tornam surdos muito cedo." (SACKS, 1990, p.20)

Segundo Sacks (op. cit.), o homem que não adquire linguagem tem como conseqüência um atraso cognitivo, e o Surdo não a adquirindo de forma plena, pode tornar-se um deficiente mental. A demora na aquisição da linguagem causa-lhe danos irreparáveis, pois sem ela o sujeito não organiza e não desenvolve o pensamento. Ele explica:

E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das mais desesperadas calamidades, pois é somente através da linguagem que ingressamos plenamente em nossa condição e cultura humana, comunicamo-nos com os nossos semelhantes, adquirimos e partilhamos informações (Sacks, 1990, p.24).

Com isso, podemos afirmar que o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da Língua Portuguesa pelos ouvintes, os quais se apóiam na linguagem oral para produzir à escrita, não pode ser o mesmo meio de comunicação para os Surdos.

Emerge, assim, a necessidade de buscar outros meios de aquisição de linguagem, que valorizem o sentido visual, visto que os sonoros não são efetivos. Afirmamos que a necessidade de desenvolver o ensino de Língua de Sinais deverá ser o

mais rápido possível, para que esse sujeito desenvolva todas as suas capacidades cognitivas.

Se não for utilizada a Língua de Sinais, todos os outros mecanismos utilizados com os sujeitos Surdos serão artificiais, prejudicando, inclusive, o desenvolvimento natural destas crianças.

Para Moura (1993) o ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais - para a criança Surda é visto, na maioria das vezes, com preconceito e rejeição por muitos. A autora pontua essa negação em dois motivos principais:

- A utilização da Língua de Sinais precoce pela criança Surda impede a aquisição da língua oral;
- A Língua de Sinais não têm valor, sendo agramatical.

O primeiro ponto destacado por Moura (1993) acontece devido à falta de esclarecimento, por isso, familiares da criança Surda impedem a aprendizagem da língua sinalizada. Essa crença ocorre pelo fato de entenderem que o desenvolvimento do Surdo na aquisição da Língua de Sinais dificulta a sua inclusão na sociedade e cultura ouvinte.

Moura (1993) relata que pesquisas realizadas em crianças com Surdez nos Estados Unidos comprovaram o inverso, ou seja, que se as crianças adquirem a Língua de Sinais nos primeiros anos de vida isso facilitando muito o desenvolvimento de uma segunda língua. Isso ocorre porque a criança se apodera de uma língua (visual) podendo dar significado à outra (oral).

Infelizmente, a realidade das crianças Surdas que adquirem a língua sinalizada na Grã-Bretanha é bem parecida com a do Brasil. Lá, essas crianças que irão aprender língua de sinais é uma em cada 1500 nascimentos, e as crianças Surdas com pais Surdos tem um número espantosamente maior, uma em cada 40000 nascimentos. "Se a criança com Surdez não se desvincula do ambiente concreto ela não terá condições favoráveis de desenvolver as funções organizadoras e planejadoras da linguagem satisfatoriamente" (Goldfeld, 1997, p. 60).

A outra questão abordada por lingüistas envolvendo essa discussão. Muitos afirmam que a Língua de Sinais não é propriamente uma língua, sendo agramatical, ilógica, derivada e baseada na língua falada. Sobre isso, muitas pesquisas iniciadas por

Stokoe (1960) mostram que, a Língua de Sinais é uma língua completa. Johnson e Erting (1989) afirmam que a Língua de Sinais é uma língua bem desenvolvida e autônoma em sua estrutura.

A diferença entre a língua oral e a língua sinalizada resulta na divergência do canal oral/aural das línguas orais versus o canal de transmissão gestual/visual das línguas de sinais. Sendo assim, nas línguas orais os vocábulos são organizados seqüencialmente – como a seqüência linear de segmentos sonoros – enquanto que na Língua de Sinais os elementos são organizados como uma combinação de componentes que ocorrem simultaneamente (Klima & Bellugi, 1979).

## **2.1 Língua de Sinais – uma base para o Bilinguismo**

A Língua de Sinais não é entendida aqui apenas como recurso, mas como uma Língua com todas as suas funções e complexidades. É a base lingüística e o pontapé inicial para a para aprendizagem real dos Surdos. Os educadores, com isso, abriram vertentes diferenciadas de concepção da linguagem, baseadas em outras vias, que não simplesmente as orais/auditivas. Assim sendo, verificou-se a importância da aprendizagem das línguas sinalizadas.

Buscando maneiras mais apropriadas de educar as crianças Surdas, surge como a melhor opção metodológica a Educação Bilíngüe, mas os caminhos que levam o Surdo a adquiri-las e a importância de cada língua varia muito.

Goldfeld (1998) explica que o Bilingüismo tem como perspectiva a compreensão que o indivíduo Surdo deva adquirir a Língua de Sinais (sua língua materna que é considerada a língua natural dos surdos), e a língua oficial do seu país (como segunda língua). É importante ressaltar que a aprendizagem das duas línguas, no caso do Brasil, (Língua Portuguesa Brasileira – LP e Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS) são primordiais na vida plena do Surdo, uma vez que se trata de um indivíduo bicultural.

Segundo Goldfeld (1998), as Línguas de Sinais são línguas naturais, como citado no parágrafo acima, porque nasceram espontaneamente nas comunidades Surdas. LIBRAS tem em sua estrutura lingüística e todas as ferramentas que a Língua Portuguesa

possui – níveis morfológico, sintático, pragmático e semântico - sendo assim, todos os usuários dessa língua podem se comunicar e pensar utilizando todas as maneiras possíveis igual a uma língua oral. Neste sentido, devemos concordar com ela quando cita:

Isto significa que os falantes das Línguas de Sinais podem utilizar esta língua tanto para conversar informalmente, proferir palestras, contar piadas, declamar poesias, quanto para orientar seu pensamento, realizar planejamento. Assim como os ouvintes pensam linguisticamente, utilizando o Português, o Inglês, o Espanhol, etc., o surdo pode pensar em uma Língua de Sinais (GOLDFELD, 1998, p. 101).

Skliar (1997) destaca que a educação bilíngüe deve ir além de propiciar o uso de duas línguas, demonstrando o fator político que permeia a questão do Surdo adquirir a Língua de Sinais. É através dessa aquisição que ele enfrenta a imposição dos ouvintes feita através da soberania da língua oral, ou seja, a imposição lingüística e cultural da sociedade que tem a sua maioria de ouvintes, inferiorizando o Surdo e sua comunidade. Educá-los de maneira bilíngüe é buscar transformações ideológicas das visões sobre a surdez.



### **CAPÍTULO 3: BILINGÜISMO - SUA FILOSOFIA EM PROL DA IDENTIDADE POSITIVA DO SUJEITO SURDO**

A proposta Bilíngüe diverge das duas correntes filosóficas de educar os Surdos, o Oralismo e a Comunicação Total. Isso ocorre porque ambas não valorizam corretamente a Língua de Sinais, o que provoca para o sujeito Surdo atraso de linguagem, prejudicando o desenvolvimento social, cognitivo e emocional.

A utilização do Bilingüismo é defendida por alguns filósofos e educadores, pois o aluno acessando às duas Línguas - a oral e a de sinais - gera uma identificação harmoniosa entre a cultura ouvinte e a cultura da comunidade Surda. A interatividade entre estas duas culturas ajudará o Surdo na construção da auto-imagem positiva como indivíduo. A partir do momento em que a língua de sinais é valorizada pelo sujeito Surdo, o mesmo poderá introjetá-la em sua vida com a sua devida importância.

Existem diversas maneiras para a aquisição das duas línguas (falada e sinalizada) na filosofia do Bilingüismo, tais como: o modelo sucessivo onde após o diagnóstico de Surdez ele aprende primeiro a Língua de Sinais, sendo esta exclusiva até o seu domínio e só depois disto, a segunda Língua é apresentada; e o modelo simultâneo, onde as duas Línguas (Oral e de Sinais) são apresentadas concomitantemente, mas em dois momentos lingüísticos diferentes.

Goldfeld (1998) descreve que o Bilingüismo pressupõe que o Surdo tem como necessidade básica a aquisição das duas línguas, tanto a Língua de Sinais – que é a sua língua materna (língua natural dos Surdos), como a Língua oral do seu país, sendo a sua segunda língua. A mesma também afirma que essas duas línguas não devem ser utilizadas concomitantemente – como é proposto na Comunicação Total – pois as duas línguas têm estruturas diferentes que devem ser preservadas.

O Bilingüismo também propõe que a criança Surda não pode ter acesso só a Língua de Sinais, como seu nome mesmo nos declara, sendo também apresentada a Língua oral de seu país, tanto escrita como falada.

Goldfeld (1998) defende o Bilingüismo e relata a diferença na aquisição das duas Línguas (oral e de Sinais):

A aquisição da Língua de Sinais pela criança surda, ao contrário da língua oral, deve ocorrer espontaneamente, ao seja através do diálogo. A criança surda não necessita de aulas de língua de sinais e sim de conviver com indivíduos que conversem com ela nesse idioma (assim com a criança ouvinte aprende o Português). A Língua oral, inevitavelmente, será aprendida mais lentamente pela criança surda, já que este aprendizado requer uma sistematização e a utilização de recursos e técnicas específicas para suprir o déficit do órgão sensorial mais utilizado nas línguas orais, a audição (GOLDFELD, 1998, p.102).

Atualmente já existe uma grande aceitação e utilização do Bilingüismo para a educação dos Surdos, mas na maior parte dos países, bem como no Brasil, não é utilizada uma só filosofia, sendo que muitas vezes a instituição ou o educador adota a filosofia que mais se identifica e que acha mais eficiente. Mas, em outros países, como na Suécia, esta filosofia é utilizada como única para educar os sujeitos com Surdez.

### **3.1 Os papéis da família e dos profissionais para aquisição da Língua Oral e a Língua de Sinais**

Consoante Goldfeld (1998), a função do fonoaudiólogo para aquisição da Língua Oral é muito importante, pois é este profissional que tem a competência de ensiná-lo. Porém, a construção deste conhecimento para o Surdo só é eficaz com o auxílio e apoio familiar. Para que ocorra um bom entendimento entre o fonoaudiólogo e seu paciente com Surdez, é interessante que este profissional aprenda a Língua de Sinais. É importante ressaltar que, tal profissional, por não ser proficiente nesta Língua, não é seu interlocutor ideal. Quem desempenha brilhantemente este papel, sendo estimulador de tal Língua, é um indivíduo Surdo com mais idade que já utilize e domine a Língua Sinalizada. A mesma

esclarece que o fonoaudiólogo está livre para escolher a(s) melhor(es) metodologia(s) para ensinar a Língua oral para seus pacientes Surdos.

Como o Surdo deverá aprender a Língua Oral de maneira sistemática e com o uso de técnicas, a referida autora esclarece que conseqüentemente este processo ocorre de forma mais lenta e mais difícil, e relata:

É muito difícil, para quem tem uma perda auditiva significativa, perceber os elementos supra-segmentais da língua, como o volume de voz, entonação, etc. Assim algumas sutilezas da língua que são determinantes por esses suprimentos supra-segmentais, como as ironias e as piadas, dificilmente serão alcançadas por este indivíduo. As metáforas e as polissemias das palavras também são aspectos difíceis de serem compreendidos pelos Surdos (GOLDFELD, 1998, p. 103).

É interessante ressaltar que a criança Surda adquire a Língua oral em função da sociedade em que vive e isso pode ocorrer de diversas maneiras (educação oral, bimodalidade, etc.) e muitas não possuem o domínio das duas línguas que praticam, mas por razões pedagógicas e culturais se justifica que, dentro de contextos educativos para crianças Surdas, seja reconhecida esta situação Bilíngüe.

### **3.2 O sistema educacional brasileiro e a inclusão do Surdo**

A inclusão do aluno com Surdez no ensino regular é um processo de lutas e disputas políticas. Como esclarece Dias (2004) esse processo além de buscar importantes mudanças sociais, teria por base o reconhecimento e aceitação da pluralidade social, ou seja, construir condições para que as pessoas, com suas diferenças, possam ter acesso às oportunidades iguais na vida social.

Segundo Aranha (2000), incluir significa que todos tenham igualdade de direitos e de oportunidades na pluralidade social. Independente da sua cultura, sexo, religião, raça ou ideologia; as singularidades têm relevâncias iguais no movimento social. O direito entre os iguais na ação de participar e construir o espaço social é à base da inclusão (Kauchakje, 2003).

Na década de 90 no Brasil, foram extintas as classes especiais no ensino escolar, com o objetivo de incluir todas as crianças à Educação. O ensino direcionado às crianças especiais era visto como segregador, então, os alunos com deficiências auditivas, visuais, motoras e mentais deveriam ser aceitos e inclusos nas escolas regulares.

A trajetória da inclusão social e escolar do Surdo significa entender o binarismo Surdo-ouvinte, reconhecendo que aqueles estão sujeitos aos vetores de força e dominação destes. Essas oposições binárias ocorrem porque um dos termos é sempre mais forte e, conseqüentemente, privilegiado. É a escola que revela como são hierarquizadas tais diferenças e identidades; por isso, para efetivamente conseguir a inclusão social, é importante examinar essas relações como sendo as raízes da exclusão escolar.

O ilustre pensador, Paulo Freire (2003) questiona a situação opressor – oprimido explicando a dominação dos que tem o poder e, com isso esmaga os fracos. Nessa concepção de embate das forças e na dicotomia do ouvinte / opressor versus Surdo / oprimido - em que acontece uma violência do opressor tornando - o desumanizado – entendemos a necessidade de uma educação libertadora. Para que o Surdo se conscientize dessa força e lute contra quem o faz menor, é necessário que o oprimido, na busca da recuperação da sua humanidade não se coloque como opressor do opressor, construindo a humanidade de ambos, e afirma:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela praxis da sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de buscar por ela (FREIRE, 2003, p.31).

Para Freire (2003), esta transformação ocorre através da conscientização do sujeito estar neste papel (oprimido) e na práxis da busca da libertação. Nesta construção libertadora a conscientização é o caminho para a inserção do Surdo no processo histórico, como sujeito transformador da realidade, instaurando a sua afirmação da condição de ser histórico. E, essa mudança se dá na realidade homens-mundo.

Ao construir a visão dos Surdos como deficientes, através dos binarismos normal-anormal e Surdo-ouvinte, é estabelecida uma difícil realidade escolar no Brasil. Opositor a essa concepção, Skliar (1997), afirma que os Surdos devem ser vistos como sendo de um grupo minoritário com língua e cultura próprias (comunidade Surda), postura expressa na visão sócio-antropológica da surdez.

Vale ressaltar a existência de vários paradigmas dentro do sistema de educação especial, pois a educação dos Surdos sofre influências das dificuldades e ambigüidades deste sistema. Com isso, a educação dos sujeitos com Surdez é marcada pela exclusão escolar e pela influência do Oralismo.

No movimento de inclusão escolar ocorrem duas vertentes dentro da educação do Brasil: a da inclusão e a da inclusão total. Para Mendes (2002), os defensores da inclusão acreditam que o objetivo da escola é adquirir conhecimentos e habilidades necessários a viver socialmente. Em contrapartida, os adeptos da inclusão total defendem que as escolas são importantes pelas oportunidades e construções de socialização. Alguns crêem que basta os alunos estarem inseridos nas escolas regulares ou nas classes comuns.

Para que haja a verdadeira inclusão do Surdo na sociedade, sendo este um objetivo também da escola, é necessário que haja mudanças significativas favorecendo verdadeiros contextos inclusivos.

Para promover uma equiparação do ensino-aprendizagem dos Surdos com os ouvintes, é necessário, primeiramente, entender que o Surdo tem especificidades lingüísticas, e a partir disso verificar qual é o melhor meio de incluí-lo no processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Ainda sem dados precisos, temos poucas pesquisas realizadas nesta área sobre as condições dos alunos Surdos no Brasil, o quadro de fracasso escolar e exclusão é uma realidade em todas as regiões do Brasil (Feneis, 2002; Camarotti e Dias, 2006; Nicolucci,

2006; Tartucci, 2001). Verifica-se que as escolas públicas, na sua maioria, continuam monolíngües, monoculturais e organizadas de forma a priorizar os ouvintes.

Mesmo com a idéia de práticas de apoio ao Surdo como intérpretes em sala, no contra-turno ensinarem LIBRAS e prestarem serviços de fonoaudiologia, o fracasso escolar do Surdo e sua exclusão continua. Isso ressalta que tais práticas não desequilibram as relações de domínio dos ouvintes na construção da escola regular Nicolucci (2006).

Os intérpretes em sala de aula só são eficazes se o Surdo já souber a LIBRAS, pois sem entender essa língua não conseguirá compreender o que os intérpretes estão transmitindo. E não podemos anular a questão de que muitos Surdos chegam às escolas sem terem tido acesso a nenhuma língua.

Outra situação muito complicada é a de aprender a LIBRAS de maneira sistemática, pois como citado anteriormente, Goldfeld (1998) explica que a melhor maneira de adquirir a Língua de Sinais é através do diálogo, de maneira natural.

As consultas com o fonoaudiólogo para a oralização do Surdo é interessante, mas só se torna eficaz se o mesmo já aprendeu a sua língua materna (LIBRAS), pois só com o auxílio dela é que a criança com Surdez conseguirá se iniciar na segunda língua (oral). É muito relevante também diagnosticar o Surdo, pois dependendo do grau de surdez, como no caso da surdez profunda, ele nunca conseguirá ouvir e, conseqüentemente, falar. Por isso defendemos, para estes casos, só a aprendizagem da Língua Portuguesa escrita, sendo esta ensinada após a aquisição da língua materna (LIBRAS).

A proposta defendida de que os professores devem aprender a LIBRAS resolveria ao problema? Isso não resolveria a situação da criança Surda incluída no ensino regular, já que mesmo se o docente soubesse LIBRAS, não conseguiria ministrar a sua aula em duas línguas ao mesmo tempo. Não é possível usar LIBRAS e Língua Portuguesa ao mesmo tempo, pois as línguas visuais possuem estruturas diferentes das línguas orais.

Como citado anteriormente, o sistema educacional brasileiro apresenta inúmeros problemas e percebe-se que ainda há muito que (de)construir sobre a educação dos Surdos e sua inclusão. A proposta de inclusão dos Surdos deve ir além da idéia da criação de apoios, é necessário que haja, segundo Mendes(2002), uma reorganização fundamental do sistema educacional, isto é, para que ocorra efetivamente a educação

inclusiva deverá ocorrer uma reestruturação do sistema escolar em todos os seus níveis: político, administrativo, escolar e na sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho apresentamos a trajetória da Educação dos Surdos desde o preconceito à busca da inclusão plena. Esse caminho foi marcado por muitos embates políticos e correntes filosóficas que perduram até hoje. O sujeito com Surdez, infelizmente, era considerado por muitos como ser inapto e, por isso, marginalizado pela sociedade ouvinte.

Mesmo sabendo que muitas conquistas favorecendo o Surdo já aconteceram - a principal delas, a mudança de visão deste sujeito de clínica para lingüística - contribuindo para a sua emancipação e autonomia. Destacamos, dentre elas as mais importantes, tais como: o reconhecimento legal da Língua de Sinais, valorização da cultura e identidade Surda, visão sócio-antropológica da Surdez, busca da inclusão plena, transição de deficiente auditivo pra Surdo, leis e normas propícias a integração; porém, ainda há muito que construir para o Surdo ter direito e acesso à educação de qualidade e conseqüentemente inserção no mundo.

Existem muitos desafios para sair do discurso e ir a prática. O primeiro é a necessidade da reorganização escolar em que modifique a sua estrutura de segregação tendo a consciência da questão da singularidade da língua do Surdo e não apenas clínica. Outra questão levantada no texto é a necessidade de conscientização dos pais, educadores e de toda a comunidade ouvinte para o entendimento da diferença através do seu reconhecimento, e só a partir disso respeitá-la.

Com base neste contexto inclusivo e em defesa de uma educação integral - visando formar cidadãos independentes, críticos e reflexivos - é essencial que o Surdo aprenda a Língua de Sinais, sua língua materna, para que possa desenvolver-se plenamente, e posteriormente adquirir uma segunda língua (a do seu país). E, é nesse processo de aquisição da linguagem visual que o Surdo constrói uma identidade positiva, o que diretamente influencia na sua integração tanto na comunidade Surda como na comunidade Ouvinte.

Por fim, podemos afirmar que a busca do Surdo para pertencer à sociedade - não somente estar - como sujeito transformador e histórico, deve-se ao fato de mudança de



perspectiva, saindo da alienação, extinguindo os opostos: ouvinte x Surdo / dominadores x dominados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: MANZINE, E. **Educação Especial: temas atuais**. Marília/SP: Unesp – Marília – Publicações, 2000.

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CAMAROTTI, A E DIAS, T.R.S. **Escola e Surdez: alunos surdos de um município do interior paulista**. Anais do Congresso Internacional de Educação Escolar: necessidades emergentes da sociedade do conhecimento para a formação do educador – mitos e desafios. Araraquara/SP: UNESP, 2006.

CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, Walkiria. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

DIAS, T.R.S. **Educação de surdo, incluso e bilingüismo**. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA M.A.; WILLIAMS LCA (Temas em educação especial. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FREITAS, M.T.A. **Pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1994.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **Fundamentos em fonoaudiologia – Linguagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

KAUCHAKJE, S. **Cidadania , Surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

MOURA, Maria; LODI, Ana; PEREIRA, Maria. **Língua de Sinais e Educação do Surdo**. São Paulo: Tec Art, 1993.

NICOLUCCI, Denise. **Educação de Surdos: uma proposta de intervenção na escola pública**. Ribeirão Preto: Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Moura Lacerda, 2006.

QUADROS, R. M. **O contexto escolar do aluno surdo e o papel das línguas**. Rio de Janeiro: Na Revista Espaço. INES, 1998.

QUADROS, R. M. De. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SANTANA, A.P.; BERGAMO, A. **Cultura e identidades Surdas: encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas**. Campinas: Educação e Sociedade, 2005.

SKLIAR, C. **Educação e Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

## **LEGISLAÇÃO**

Lei nº 10.436, Distrito Federal: 24 de abril de 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
 Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH  
 Escola de Educação - EE  
 Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Carolina Alonso Morgado - 20041351506

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

Educação dos Surdos: Bilinguismo, suas possibilidades e limites

ORIENTADOR(A): Aliny Sixel

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Maria Elena Souza

Nota: 8,5

Considerações:

Trata-se de um tema de grande importância para os debates atuais na área de Pedagogia. A aluna conseguiu traçar um panorama sobre a surdez, fazendo uma defesa ao uso da língua de sinais. Ela descreve o texto de forma coerente e organizada, no entanto, faltou fazer uma revisão de forma e penso que ela poderia ter problematizado algumas questões tais como o fato da criança surda fracassar na escola por responsabilidade do professor.

DATA: 11/12/2008

Assinatura: Maria Elena Souza

**SEGUNDO AVALIADOR**

Professor orientador: Aliny Sixel

Nota: 7,0

**Considerações:**

A aluna possui muita dificuldade em sua produção escrita. Mesmo com a mediação realizada nas orientações e as trocas realizadas por via eletrônica, a temática é apresentada de forma pouco consistente e, em apenas seis páginas, concluída.

Data: 12 de Setembro de 2008

Assinatura: Aliny Sixel

**TERCEIRO AVALIADOR**

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: \_\_\_\_\_

**Considerações:**

O texto do aluno apresenta algumas lacunas (referências bibliográficas normas) no que tange a apresentação de um texto acadêmico científico.

Data: 23/12/08

Assinatura: Janaina S.S. Menezes

**RESULTADO FINAL**

| Avaliador 1 | Avaliador 2 | Avaliador 3 | Média final |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 8,5         | 7,0         | 8,5         | 8,0         |